

Marcus Vinicius Rios Gonçalves

Curso de
**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

TEORIA GERAL

21ª edição

2024

saraiva *jur*


saraiva
 EDUCAÇÃO

saraiva PA

 Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
 Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Samantha Rangel
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Guilherme Salvador Lais Soriano Tiago Dela Rosa Verônica Reis Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Claudirene de Moura S. Silva
Revisão	Ivani Martins
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marij Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

ISBN OBRA COMPLETA 978-85-538-0762-4
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G 635c	Gonçalves, Marcus Vinicius
	Curso de direito processual civil - v. 1 - teoria geral / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. - 21 ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
	464 p.
	ISBN: 978-85-5382-326-6 (impresso)
	1. Direito. 2. Direito processual civil. I. Título.
2023-2195	CDD 341.46 CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	341.46
2. Direito processual civil	347.9

Data de fechamento da edição: 02-10-2023

 Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Cód. obra 10780 CL 80851 CAE 841898

Índice

<i>Nota do autor</i>	V
----------------------------	---

Livro I NOÇÕES GERAIS

Capítulo I – INTRODUÇÃO	1
1. As regras de conduta	1
2. Conflitos de interesses	2
3. Autotutela e jurisdição	2
4. Processo civil	3
5. Direito material e processual	4
6. Instrumentalidade do processo	4
7. Denominação e natureza do Direito Processual Civil	5
8. O Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	6
Capítulo II – A LEI PROCESSUAL CIVIL	8
1. Norma jurídica	8
2. Normas cogentes e não cogentes	9
3. Norma processual	9
4. Fontes formais da norma processual civil	11
4.1. A lei federal como fonte formal do processo civil	12
4.2. Constituição e leis estaduais	13
5. Jurisprudência (fonte não formal)	13
6. Interpretação da lei processual civil	15
7. Lei processual civil no espaço	18

8. Lei processual civil no tempo	19
8.1. Vigência.....	19
8.2. A lei processual nova e os processos em curso	19
9. Integração das lacunas na lei processual civil	21
9.1. Analogia	22
9.2. Costumes	22
9.3. Princípios gerais do direito	23

Capítulo III – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL..... 23

1. Introdução	23
2. O processo civil no Brasil	25

Capítulo IV – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 28

1. Introdução	28
2. Princípios gerais do processo civil na Constituição Federal	30
2.1. Princípio da isonomia.....	30
2.1.1. A isonomia e a ordem cronológica.....	32
2.1.1.1. Introdução – a ordem cronológica preferencial para que juízes e tribunais profiram sentenças ou acórdãos.....	32
2.1.1.2. Extensão do dispositivo	35
2.1.1.3. As exceções	35
2.1.1.4. Controle no cumprimento do dispositivo.....	38
2.2. Princípio do contraditório	39
2.3. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	45
2.4. Princípio da imparcialidade do juiz	45
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais	48
2.6. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	48
2.7. Princípio do devido processo legal.....	49
2.8. Princípio da duração razoável do processo	50

2.9. Princípio da fundamentação das decisões judiciais	51
3. Princípios infraconstitucionais	53
3.1. Princípio dispositivo	53
3.2. Princípio da persuasão racional (livre convencimento motivado).....	55
3.3. Princípio da oralidade	56
3.4. Princípio da boa-fé	59
3.5. Princípio da cooperação	60

Livro II

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

Capítulo I – INTRODUÇÃO.....	63
Capítulo II – JURISDIÇÃO.....	63
1. Introdução	63
2. Jurisdição, legislação e administração.....	64
3. Princípio da jurisdição	65
4. Espécies de jurisdição	65
5. Jurisdição e competência.....	66
5.1. Jurisdição internacional (jurisdição de outros Estados)....	66
5.1.1. A decisão estrangeira.....	67
5.1.2. Jurisdição do juiz brasileiro.....	68
5.1.3. Jurisdição concorrente	68
5.1.4. Jurisdição internacional exclusiva	69
5.1.5. Autoridade judiciária brasileira e direito material estrangeiro	70
5.1.6. Cooperação internacional.....	70
5.2. Competência interna	72
5.2.1. Noções sobre a estrutura do Poder Judiciário	72

5.2.2.	Conceito de foro e de juízo	73
5.2.3.	A competência de foro e de juízo	75
5.2.4.	Competência absoluta e relativa	76
5.2.5.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	77
5.2.6.	Critérios para a fixação de competência	78
5.2.7.	Regras gerais para apuração de competência	79
5.2.8.	Competência da justiça federal de primeira instância	80
5.2.9.	Competência da justiça federal de segunda instância	83
5.2.10.	A decisão sobre a existência de interesse da União e entidades federais	83
5.3.	Foro competente	84
5.3.1.	Foro comum (art. 46 do CPC)	85
5.3.2.	Foros especiais	87
5.3.3.	Competência para as ações em que a União é parte	93
5.3.4.	Competência para as ações em que figuram como parte os Estados federados ou o Distrito Federal ..	93
5.4.	Competência funcional	94
5.5.	Competência de juízo	94
5.6.	Os Juizados Especiais Cíveis	95
6.	A modificação de competência	96
6.1.	Prorrogação	96
6.2.	Derrogação	96
6.3.	Conexão	98
6.4.	Continência	103
7.	Prevenção	104
8.	Conflito de competência	105
9.	Cooperação nacional	107
	Capítulo III – AÇÃO	107
1.	Noções gerais	107
2.	Condições da ação	110

2.1.	Interesse de agir.....	111
2.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	112
2.2.1.	Legitimidade ordinária e extraordinária.....	112
2.2.2.	Legitimidade exclusiva ou concorrente	115
2.3.	Fim da possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.....	116
3.	Elementos da ação	117
3.1.	Partes	118
3.2.	Pedido.....	119
3.3.	Causa de pedir.....	120

Capítulo IV – EXCEÇÃO (O DIREITO DE DEFESA) 123

Capítulo V – PROCESSO 123

1.	Noções gerais.....	123
2.	Os diversos tipos de processo	124
3.	Pressupostos processuais.....	125
3.1.	Pressupostos processuais de eficácia	128
3.2.	Pressupostos processuais de validade.....	129
3.3.	Pressupostos processuais negativos.....	133

Livro III

OS SUJEITOS DO PROCESSO

Capítulo I – DAS PARTES E SEUS PROCURADORES..... 135

1.	Das partes	135
2.	Curador especial	139
3.	O exercício da função de curador especial.....	143
4.	A integração da capacidade das pessoas casadas.....	143
5.	Suprimento judicial de consentimento	147

6. Regularização da capacidade processual e da representação processual	148
7. Dos deveres das partes e seus procuradores	149
8. Dos deveres das partes quanto às despesas e multas	156
9. Honorários advocatícios	157
10. Da gratuidade da justiça	163
11. Dos procuradores	165
12. Da sucessão das partes e seus procuradores	167
Capítulo II – LITISCONSÓRCIO	172
1. Introdução	172
2. Classificação do litisconsórcio	175
2.1. Litisconsórcio necessário	176
2.2. Litisconsórcio facultativo	179
2.3. Litisconsórcio unitário	183
2.4. Litisconsórcio simples	183
3. Momento de formação do litisconsórcio	184
4. A formação do litisconsórcio necessário	185
5. Regime do litisconsórcio	187
Capítulo III – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	190
1. Introdução	190
2. Assistência	192
2.1. Assistência simples	192
2.2. Assistência litisconsorcial	197
2.3. Tipos de processo ou procedimento em que cabe a assistência	199
2.4. Poderes do assistente simples	201
2.5. Poderes do assistente litisconsorcial	204
2.6. Dos efeitos da sentença sobre o assistente simples e litisconsorcial	205
2.7. O procedimento de ingresso do assistente	208

3. Denúnciação da lide.....	208
3.1. Processos e procedimentos em que cabe a denúnciação ...	210
3.2. Hipóteses de cabimento – o art. 125.....	211
3.3. Legitimidade para denunciar e ser denunciado	215
3.4. Obrigatoriedade da denúnciação	215
3.5. Procedimento da denúnciação e a posição do denunciado ...	216
3.6. Denúnciação da lide sucessiva	219
4. Chamamento ao processo	220
4.1. Processos e procedimentos em que cabe o chamamento....	222
4.2. Hipóteses de admissibilidade.....	223
4.3. Procedimento	226
5. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	226
5.1. Débito e responsabilidade.....	228
5.2. A desconsideração como incidente	228
5.3. Procedimento	230
5.4. A decisão que resolve o incidente	232
5.5. A desconsideração da personalidade jurídica requerida na inicial (art. 134, § 2 ^o)	233
6. Do <i>amicus curiae</i>	234
6.1. Requisitos para a intervenção	236
6.2. Procedimento da intervenção.....	237
Capítulo IV – A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	238
1. Introdução	238
2. O Ministério Público parte	238
3. O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	241
4. Procedimento da intervenção ministerial.....	244
Capítulo V – DO JUIZ	245
1. Introdução	245
2. Impedimento e suspeição do juiz.....	246
3. Incidente de impedimento e suspeição.....	249

4. Poderes e deveres do juiz	251
5. A vedação ao <i>non liquet</i> e o julgamento.....	264
6. Da responsabilidade do juiz.....	266
Capítulo VI – AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	267
1. Introdução	267
2. Dos conciliadores e dos mediadores.....	269
2.1. Centros judiciários de solução consensual de conflitos	271
2.2. Conciliação e mediação	272
2.3. Atuação do conciliador e do mediador	272
2.4. Princípios que regulam a conciliação e a mediação	274
2.5. Recrutamento dos conciliadores e dos mediadores	275
2.6. Escolha dos conciliadores e dos mediadores.....	277
2.7. Remuneração.....	277
2.8. Impedimentos	277
2.9. Responsabilização.....	278
2.10. Solução consensual de conflitos no âmbito administrativo...	278

Livro IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I – NATUREZA E ESPÉCIES	279
1. Introdução	279
2. Classificação dos atos processuais	281
2.1. Atos da parte	281
2.2. Pronunciamentos do juiz	282
Capítulo II – FORMA E REQUISITOS	285
1. A forma dos atos processuais	285
1.1. A busca pela efetividade e duração razoável do processo deu ensejo à autorização para uso de meios eletrônicos e de informatização do processo.....	286

1.2.	Flexibilização do procedimento e negociação processual ...	288
2.	Requisitos dos atos processuais	291
2.1.	Requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais ...	291
2.2.	Requisitos gerais quanto ao lugar	294
2.3.	Requisitos gerais quanto ao tempo	294
2.3.1.	Ocasões para a realização dos atos processuais	295
2.3.2.	Férias forenses	296
2.3.3.	Prazos processuais	297
2.3.4.	Contagem de prazo	299
2.3.5.	Suspensão e interrupção do prazo	305
2.4.	Preclusão	305
2.4.1.	Espécies de preclusão dos atos das partes	306
2.4.2.	Preclusão, prescrição, perempção e coisa julgada ...	306
2.4.3.	Limites à preclusão	307
2.4.4.	Preclusão <i>pro judicato</i>	307
3.	Invalidade do ato processual	309
3.1.	Atos meramente irregulares	309
3.2.	Nulidades processuais	310
3.3.	Nulidades absolutas ou relativas	311
3.4.	A instrumentalidade das formas	313
3.5.	As nulidades e a interdependência dos atos processuais – o efeito expansivo das nulidades	314
3.6.	A regularização do processo – modos de superar os vícios ...	315
3.7.	Atos processuais ineficazes	316

Capítulo III – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 316

1.	Introdução	316
2.	Carta rogatória	317
3.	Carta de ordem	318
4.	Carta precatória	318
5.	Carta arbitral	320
6.	Requisitos gerais das cartas ..	321

7. Citação.....	322
7.1. Citação direta e indireta.....	323
7.2. Oportunidade da citação	325
7.3. Espécies de citação	326
7.3.1. Citação por meio eletrônico	327
7.3.1.1. Citação por meio eletrônico via portal próprio (Lei n. 11.419/2006)	328
7.3.1.2. Citação por meio eletrônico enviada a endereço cadastrado em banco de dados (citação eletrônica por <i>e-mail</i>)	329
7.3.2. Citação pelo correio	332
7.3.3. Hipóteses em que não cabe a citação por meio eletrônico e por correio	332
7.3.4. Citação por mandado	333
7.3.4.1. Citação com hora certa	334
7.3.5. Citação pelo escrivão ou pelo chefe de secretaria..	336
7.3.6. Citação por edital.....	336
7.4. Efeitos da citação	338
8. Intimação.....	341
8.1. Formas de intimação	341
8.1.1. Intimação por meio eletrônico	342
8.1.2. Intimação pela imprensa	342
8.1.3. Intimação pelo correio	344
8.1.4. Intimação por mandado	344
8.1.5. Intimação por edital.....	344
Capítulo IV – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....	345

Livro V

DA TUTELA PROVISÓRIA

Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	349
1. Introdução.....	349

2. O tratamento conjunto.....	349
3. Breve evolução dos institutos.....	350
4. O exame da tutela provisória.....	352
Capítulo II – CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES.....	353
1. Conceito.....	353
2. A tutela provisória e a efetividade do processo.....	353
3. Classificações.....	354
3.1. Tutelas provisórias antecipada e cautelar.....	354
3.1.1. Tutela provisória antecipada – a satisfatividade em caráter provisório.....	355
3.1.2. Tutela provisória cautelar – em que consiste?.....	356
3.2. Tutelas provisórias de urgência e da evidência.....	357
3.3. Tutelas provisórias de urgência antecedentes e incidentais....	358
3.4. As combinações possíveis entre as diversas classificações...	359
Capítulo III – CARACTERÍSTICAS.....	359
1. Tutelas provisórias e liminares.....	359
2. Sumariedade da cognição.....	361
3. Provisoriedade.....	362
4. Revogação, modificação e cessação de eficácia.....	362
5. Tutela provisória antecipada não se confunde com julgamento antecipado do mérito.....	364
6. Poder geral do juiz para conceder tutelas provisórias.....	365
6.1. Faz sentido falar em fungibilidade das tutelas provisórias? ...	367
6.2. Faz sentido falar em tutelas nominadas e inominadas?.....	368
7. Tipos de processo em que cabe tutela provisória.....	369
7.1. Caberia tutela provisória em execução?.....	370
8. Competência.....	371
8.1. A possibilidade de a tutela provisória de urgência ser examinada por juízo incompetente.....	372

Capítulo IV – TUTELA DE URGÊNCIA.....	373
1. Introdução	373
2. Requisitos	373
2.1. Requerimento.....	373
2.2. Elementos que evidenciem a probabilidade do direito	375
2.3. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (<i>periculum in mora</i>)	376
2.4. A não irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência antecipada	377
2.5. Tutelas de urgência e proporcionalidade	378
3. Caução.....	379
4. Responsabilidade civil do requerente	379
 Capítulo V – TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	 380
1. Introdução	380
2. Natureza da tutela da evidência.....	381
3. Cognição sumária e caráter provisório.....	382
4. Requisitos	382
4.1. Requerimento	382
4.2. Que estejam presentes as hipóteses previstas no art. 311 e seus incisos do CPC.....	383
4.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	383
4.2.2. Alegações de fato que podem ser comprovadas do- cumentalmente, havendo tese firmada em julgamen- to de casos repetitivos ou em súmula vinculante ..	383
4.2.3. Pedido reipersecutório fundado em prova docu- mental adequada do contrato de depósito	384
4.2.4. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do au- tor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.....	385
4.3. A não irreversibilidade dos efeitos do provimento é requi- sito também da tutela da evidência?.....	385

4.4. A situação da incontrovérsia de um ou mais pedidos ou de parte deles	386
5. Responsabilidade civil nos casos de tutela da evidência.....	386

Capítulo VI – TUTELAS PROVISÓRIAS ANTECEDENTES E INCIDENTALS

387

1. O momento para a concessão da tutela provisória	387
2. As tutelas provisórias incidentais.....	387
2.1. Tutela provisória na fase de sentença?	388
3. A tutela provisória antecedente	389
3.1. Competência	389
3.2. Processo único.....	390
3.3. Tutela de urgência antecedente de natureza antecipada	390
3.3.1. O deferimento da tutela provisória antecipada antecedente	391
3.3.1.1. Citação do réu.....	392
3.3.1.2. A estabilidade da tutela antecipada concedida em caráter antecedente	392
3.3.1.3. As providências para rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estável.....	396
3.3.1.4. Finalidade da estabilidade	397
3.3.1.5. Dificuldades em relação à estabilidade... ..	398
3.4. Tutela provisória antecedente de natureza cautelar.....	399
3.4.1. Considerações gerais	399
3.4.2. Procedimento	399
3.4.2.1. A petição inicial.....	400
3.4.2.1.1. A indicação da autoridade judiciária para a qual é dirigida e das partes	400
3.4.2.1.2. Lide e seus fundamentos.....	400
3.4.2.1.3. A pretensão e a causa de pedir da pretensão cautelar antecedente	401
3.4.2.1.4. Valor da causa	402

3.4.2.2.	A liminar	402
3.4.2.3.	Citação do réu	403
3.4.2.4.	Resposta do réu	403
3.4.2.5.	Formulação do pedido principal	404
3.4.2.6.	Eficácia da tutela cautelar	405
3.4.2.6.1.	Perda de eficácia quando não deduzido o pedido principal no prazo de trinta dias	406
3.4.2.6.2.	Perda de eficácia por falta de execução dentro de trinta dias...	407
3.4.2.6.3.	Perda de eficácia quando o juiz declara extinto o processo principal, com ou sem resolução de mérito	407
3.4.2.7.	Decisão	407
4.	O art. 301 do CPC e a enumeração de algumas tutelas cautelares nominadas	408
4.1.	O arresto	408
4.2.	O sequestro	409
4.3.	O arrolamento de bens	410
4.4.	O registro do protesto contra a alienação de bens	411

Livro VI

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL

Capítulo I – FORMAÇÃO DO PROCESSO	413
1. Propositura da demanda	413
2. Impulso oficial	416
Capítulo II – SUSPENSÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	418

Capítulo III – EXTINÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	422
1. Introdução	422
2. Extinção do processo sem resolução de mérito.....	423
2.1. Consequências da extinção do processo sem resolução de mérito.....	427
2.2. Extinção do processo e contraditório	429
2.3. A possibilidade de retratação, caso haja apelação	430
3. Da resolução de mérito	430
<i>Bibliografia</i>	435